

A TRAJETÓRIA DE UMA VIDA:
ANALISANDO AS CONSTRUÇÕES DE
TEMPORALIDADE NAS BIOGRAFIAS DE
D. PEDRO II.

Mauro Henrique Miranda de Alcântara

Mestre em História. Doutorando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso.
Bolsista da FAPERO/CAPES.
e-mail: alcantara.mauro@gmail.com

ALCÂNTARA, Mauro Henrique Miranda de. A trajetória de uma vida: analisando as construções de temporalidade nas biografias de D. Pedro II. *albuquerque* – revista de história. vol. 8, n.º 15. jan.-jun./2016, p. 89-107.

Resumo: D. Pedro II é um dos personagens mais emblemáticos do Brasil no século XIX. Pode ser considerado uma referência de um determinado "tempo histórico", ou melhor, a construção de sua imagem sempre está refletida na estrutura sócio-política do seu reinado. O monarca tornou-se a "chave principal para compreender a política imperial no Segundo Reinado" Entretanto, podemos nos perguntar se D. Pedro II fora fruto do seu tempo histórico ou fora construído assim? Diante deste cenário, o objetivo deste trabalho é verificar nas biografias produzidas sobre esse personagem, pela antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (*As Barbas do Imperador*, 1998), e pelos historiadores José Murilo de Carvalho (*D. Pedro II*, 2007) e Roderick J. Barman (*O Monarca-Cidadão*, 2013), as (diferentes) concepções de tempo que são apresentadas nestas narrativas sobre a vida do Imperador.

Palavras-chave: Gênero Biográfico; Temporalidades; D. Pedro II.

Abstract: D. Pedro II is one of the most iconic characters of Brazil in the nineteenth century, because it is the reference of a "historical time" or better, building your image is always reflected in the socio-political structure of his reign. The monarch became the "main key to understanding the imperial policy in the Second Empire" However, we can ask whether Pedro II had been the result of its historical time or had been built like this? In this scenario, the objective is to verify the biographies produced about this person, Lilia Moritz Schwarcz by anthropologist (*As Barbas do Imperador* 1998), and by historians José Murilo de Carvalho (*D. Pedro II*, 2007) and Roderick J. Barman (*O Monarca Cidadão*, 2013), the (different) concepts of time are presented in these narratives, the trajectory of the Emperor.

Key-words: Biographical Genre; temporality; D. Pedro II.

Introdução



D. Pedro II é um dos personagens mais biografados em nossa história. Entre o final do século XIX e o começo do século XXI, mais de 40 obras biográficas sobre ele foram publicadas. Pode-se remeter a ele o que François Dosse¹ chama de o “enigma biográfico” por tantas vezes ser revisitado e (re) construído. Claramente cada biografia busca construir um diferente D. Pedro II. Como descreve Dosse: “todas as gerações aceitaram a aposta biográfica”², entretanto, cada uma delas “mobilizou o conjunto de instrumentos que tinha à disposição”³. Diante desse conjunto diferenciado de instrumentos, que é possível verificar diferenciados Imperadores: “todavia, escrevem-se sem cessar as mesmas vidas, realçam-se as mesmas figuras, pois lacunas documentais, novas perguntas e esclarecimentos novos surgem a todo instante”⁴. Busca-se sempre responder a novas respostas, pois existem novas perguntas para os mesmos personagens. É a escrita biográfica sendo atingida pela ação do tempo.

Além disso, é impossível dar cabo a tarefa de uma biografia totalizante, e quem se atreve a escrever uma obra biográfica sabe quais são os seus desafios. Dosse e sua perspectiva crítica da história é taxativo ao dizer que “o biógrafo sabe que jamais concluirá sua obra, não importa o número de fontes que consiga exumar. Diante dele abrem-se pistas novas, onde corre o risco de se enredar a cada passo”⁵.

Diante disso, as três biografias escolhidas para apresentarmos as diferenciadas temporalidades de D. Pedro II, segundos esses biógrafos, buscam, às suas respectivas maneiras, apresentar aquilo que lhes tem como objetivo principal: narrar à trajetória de

¹DOSSE, F. *O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

² *Ibidem*, p. 11.

³ *Idem*.

⁴ *Idem*.

⁵ *Ibidem*, p. 14.

D. Pedro II, de acordo com determinados estilos. Utilizando das palavras de Peter Gay, o “estilo molda e é por sua vez moldado pelo conteúdo”⁶. É visível o quanto essas obras ratificam essa argumentação, a começar pelos seus títulos.

Seguir um estilo, segundo Gay, é uma prática comum no meio historiográfico, pois ele confere a “percepção total do historiador sobre o passado, as limitações dentro das quais trabalha as verdades que ele, em sua singularidade, é capaz de captar”⁷. É o estilo, também, muito importante para o gênero biográfico, afinal, ele alia a beleza e a verdade, apesar de duas situações paradoxais para um historiador:

Deve o historiador lembrar que a própria ideia de estilo vem afetada por uma ambiguidade central: há que dar informação e prazer. Abre janelas para a verdade e a beleza – um duplo panorama atordoados⁸.

Por fim, além da importância de se averiguar os determinados estilos da obra, como os biógrafos constroem a sua maneira a narrativa de uma mesma *bios*, é importante também visualizar como o tempo histórico desse construtor de uma vida, está diretamente relacionado com aquilo que ele escreve/escreveu/escreverá. Koselleck nos dá uma importante indicação, para verificarmos a relação entre a experiência e a expectativa em relação a essas temporalidades. E a chave para a sua compreensão está no presente:

(...) é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico. (...) o que estende o horizonte de expectativa é o espaço de experiência aberto para o futuro. As experiências liberam os prognósticos e os orientam. (...) Assim, um prognóstico abre expectativas que não decorrem apenas da experiência. Fazer um prognóstico já significa modificar a situação de onde ele surge. Noutras palavras: o espaço de experiência anterior nunca chega a determinar o horizonte de expectativa. (...) Por isso não se pode conceber uma relação estática entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. Eles constituem uma diferença temporal no hoje, na medida em que entrelaçam o passado e futuro de maneira desigual⁹.

⁶GAY, P. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. P. 17.

⁷ *Ibidem*, p. 23.

⁸ *Ibidem*, p. 20.

⁹KOSSELLECK, R. *Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. P. 313-314.

Portanto, a experiência do historiador, ao escrever uma biografia, está calcada em uma experiência o que automaticamente gera uma expectativa sobre o personagem que será biografado, assim como tratará as fontes para narrar essa vida. Apesar de não se tratar de uma relação estática.

A experiência temporal do biógrafo, o acesso aos instrumentos e documentações que ele tem à disposição, somados ao seu estilo e estética, permite a construção de uma narrativa sobre um determinado personagem que diferencia de outras, mesmo estando em um tempo histórico próximo e até mesmo utilizando de fontes iguais.

As narrativas que analisamos de três importantes historiadores contemporâneos, são amparadas de forma objetiva em escrever a história de uma vida. No entanto, elas nos demonstram como diferentes biógrafos percebem e constroem diferentes personagens com diferentes percepções temporais.

A locomotiva “D. Pedro II” de José Murilo de Carvalho

O título da biografia de José Murilo de Carvalho sobre o Imperador apresenta a característica, ou melhor, a construção estilística que o historiador empregará ao seu biografado: D. Pedro II: *Ser ou não ser*. É visível o drama shakespeariano que Carvalho adotou ao construir a história da vida do monarca brasileiro. Para ele, o que de mais interessante se caracteriza nesta vida é o drama vivido entre dois personagens, com características completamente diferenciadas, apesar de complementares. Um, o Imperador D. Pedro II, talhado para ser uma “máquina de governar”. O outro um “cidadão comum”, que vivenciou diversos traumas familiares e que buscava viver uma vida paras artes e ciência:

Seus educadores procuraram fazer dele um chefe de Estado perfeito, sem paixões, escravo das leis e do dever, quase uma máquina de governar. Passou a vida tentando ajustar-se a esse modelo de servidor público exemplar, exercendo com zelo um poder que o destino lhe pusera nas mãos. Este foi d. Pedro II, imperador do Brasil. Mas, detrás dessa máscara, reforçada pelos rituais da monarquia, havia um ser humano marcado por tragédias domésticas, cheio de contradições e paixões, amante das ciências e das letras, apaixonado pela condessa de Barral. Este foi Pedro d'Alcântara, cidadão comum, que detestava as pompas do poder¹⁰.

¹⁰ CARVALHO, J. M. D. *Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 10.

Um personagem complexo e tomado por uma dramaticidade que leva o leitor, desde o princípio, mirá-lo com certo respeito e admiração diante de tantos sacrifícios pessoais que ele fizera para ser o Imperador do país. Em toda a obra o historiador procura apresentar o conflito entre esses dois personagens completamente diferentes, mas que paradoxalmente, viviam no mesmo corpo. A única coisa que os unia era o amor pelo Brasil:

Havia uma paixão que dominava tanto d. Pedro II como Pedro d'Alcântara e soldava os lados conflitantes do homem, a paixão pelo Brasil. Era um amor surpreendente em quem foi mantido isolado da terra e da gente do país até a adolescência, convivendo apenas com os mestres, os serviçais e alguns políticos. Mas não há como dele duvidar, tantas foram suas manifestações em palavras, escritos e atitudes. Foi como se, na ausência da figura paterna, de um modelo em quem se espelhar e em que firmar sua identidade, o imperador adolescente tivesse escolhido o próprio país como referência. Talvez amasse o Brasil como um modo de amar a si mesmo. Porém, certamente não se tratava de uma identificação absolutista com o poder do Estado, à maneira de Luís XIV. Era antes uma devoção ao país e à defesa de seus interesses, sobretudo de sua honra¹¹.

Na falta de um pai para o Imperador, a nação lhe servia como base moral e espelho. Entretanto, foi o monarca também um espelho para a sociedade brasileira durante o segundo reinado. Trata-se, portanto, de uma simbiose construída por Carvalho, entre a importância e necessidade do monarca/monarquia para essa sociedade, e a importância dessa para D. Pedro II. Portanto para Carvalho, de fato, o Imperador é um sujeito histórico que "constrói-se a si próprio e constrói sua época, tanto quanto é construído por ela"¹², utilizando as palavras de Le Goff.

Nesta biografia verificamos a trajetória do monarca, como se fosse uma locomotiva. Ela possui um ponto de partida, e ao começar a se locomover, podemos verificar as paisagens (fatos históricos) pelo caminho conjuntamente com a velocidade que ela atinge até chegar a seu ponto final. Assim como um trem, o caminho do monarca é marcado pela trilha onde ele tem de passar. O historiador dota-o de uma racionalidade, do começo ao final, apresentando, dessa forma, uma vida teologicamente verificável desde o seu ponto de partida até o seu ponto final. E o principal papel do monarca seria o de preparar o terreno para a chegada da República. O desgosto pelo poder, e a crença

¹¹ Idem, p. 101.

¹² LE GOFF, J. São Luís. Rio de Janeiro: Record: 1999. p. 23-24.

na chegada desse novo regime político está caracterizado em diversas passagens. Entretanto, é a função que o destino lhe legou. Ele buscou fazê-la da forma mais eficaz possível. Mas ele preferiria ser um Presidente, um ministro, um professor a ser Imperador. Vejamos algumas passagens:

Nasci para consagrar-me às letras e às ciências, e a ocupar posição política, preferiria a de presidente da República ou ministro à Imperador. Se ao menos meu Pai imperasse ainda estaria eu há 11 anos com assento no Senado e teria viajado pelo mundo¹³

Sua posição em relação ao regime republicano até o final do reinado foi de estranha simpatia. Talvez mais do que simpatia. Segundo Rebouças, ele teria dito a Antônio Prado: “Eu sou republicano. Todos o sabem. Se fosse egoísta, proclamava a república para ter as glórias de Washington”¹⁴.

Eu necessariamente hei de ter andado à baila. **Difícil é a posição de um monarca nesta época de transição.** Muitas poucas nações estão preparadas para o sistema de governo para que se caminha, e eu decerto poderia ser melhor e mais feliz presidente da república do que imperador constitucional. Não me iludo; porém não deixarei de cumprir como até aqui com os meus deveres constitucionais¹⁵.

A posição de d. Pedro em relação à república foi de simpatia. **Em várias ocasiões, deixou claro que via a monarquia apenas como uma fase de preparação do país para a república.** Considerava esta um sistema de governo superior à monarquia, desde que o grau de civilização do Brasil estivesse a sua altura¹⁶.

As passagens acima ratificam o que foi argumentado. O Imperador do Brasil era o primeiro dos republicanos brasileiros. Ele precisava dotar a nação do grau de civilização necessário para que ela pudesse trilhar o seu próprio caminho. Uma tarefa bem paternal. O seu papel de monarca era nada mais que um fardo imenso, mas necessário para sua amada nação, que ele carregava. Ele amava mais aos livros e as letras do que o poder, mas este foi o que o seu destino lhe reservou.

¹³D. PEDRO II *apud* CARVALHO, *op.cit.*, p. 77.

¹⁴ *Ibidem*, p. 129.

¹⁵ *Ibidem*, p. 177. (Grifos nossos).

¹⁶ *Ibidem*, p. 209. (Grifos nossos).

Voltando a analogia que dotamos essa biografia. O D. Pedro II de Carvalho visava modernizar e levar o progresso para o seu país. Daí advém a analogia que fizemos com a ideia de locomotiva, pois, assim como as ideias e ações que o biógrafo dota ao seu biografado, a locomotiva é um símbolo dos tempos modernos. Com isso, percebe-se uma temporalidademodernizante na trajetória do monarca, mesmo que a partir de um conceito de modernização visto pelo e para o século XIX, e no qual D. Pedro II fora um dos principais expoentes e personagens brasileiros adeptos desse progresso racional, como podemos ver na obra de Carvalho. Reinhart Koselleck, ao explicar sobre as mudanças do conceito de progresso, nos ajuda a compreender melhor a estratégia narrativa de Carvalho ao temporalizar o seu personagem como um agente do progresso do seu tempo histórico:

(...) o espaço da experiência passou por modificações cada vez maiores. O conceito de “progresso” só foi criado no final do século XVIII, quando se procurou reunir grande número de novas experiências dos três séculos anteriores. O conceito de progresso único e universal nutria-se de muitas novas experiências individuais de progressos setoriais, que interferiam com profundidade cada vez maior na vida quotidiana e que antes não existiam. (...) O progresso reunia, pois, experiências e expectativas afetadas por um coeficiente de variação temporal. Um grupo, um país, uma classe social tinha consciência de estar à frente dos outros, ou então procuravam alcançar os outros ou ultrapassá-los¹⁷.

Consciente dos princípios do progresso e da civilização, valores que nortearam a vida no século XIX, o D. Pedro II de José Murilo de Carvalho fora um visionário, e conseguiu antecipar-se ao rolo compressor do tempo. Tanto é que ele dotou a vida do seu biografado de uma inteligibilidade deste tempo histórico em diversas passagens. Não somente apresentando um princípio evolutivo nas formas de governo (como visto, sendo a República um sistema mais evoluído à Monarquia), mas também em sua outra personalidade, a de Pedro D’Alcântara:

A rotina de viagens era a de sempre: visitas a instituições de cultura, educação e ciência, a lugares históricos e, sobretudo, a personagens do mundo cultural. Vez por outra, o imperador concordava com alguma recepção oficial, como as que lhe ofereceram a rainha Vitória, na

¹⁷ KOSELLECK, *op. Cit.*, p. 317.

Inglaterra, seu primo Francisco José, na Áustria, e os parentes da imperatriz, na Sicília. Por gosto próprio, preferiria visitar Darwin na Inglaterra (o cientista estava viajando), Wagner na Alemanha (encontraram-se), Manzoni na Itália (visitou-o)¹⁸.

O de que não se pode duvidar é do genuíno interesse do imperador pelo cultivo e promoção da cultura. Esse interesse foi demonstrado *ad nauseam* durante toda a vida. Distribuía bolsas de estudo e auxílios para experimentos, fazia doações a instituições educacionais e científicas¹⁹.

Percebe-se nessas passagens, como para Carvalho, D. Pedro II buscou ter uma ligação direta as demandas do seu tempo histórico, sendo desenhado dessa forma, como um governante progressista. Um viajante, e que em suas viagens buscava o conhecimento nas artes, literatura, ciência. Até mesmo um monarca-mecenas é apresentado em uma das passagens. Essa era a característica da personalidade do Pedro D'Alcântara, mas que por vezes, o biógrafo a confunde com o próprio monarca.

Como dizemos, os valores progressistas estão disseminados pela obra. Às vezes até mesmo, conceitos e perspectivas fora do tempo histórico do personagem. Em uma visita a escola de aprendizes de marinheiros, Carvalho descreve uma crítica do monarca à discriminação racial praticada nesta escola: “O intendente mostra-se avesso à admissão dos de cor, o que não convém em nenhum modo” cita o biógrafo um trecho do diário do monarca. Completa escrevendo que D. Pedro II encerrou sua visita tomando “café com os meninos”. Parece-nos um pouco entusiasta demais o biógrafo com essa construção visionária de um Imperador que combatia, muito antes das leis abolicionistas, o racismo. Não podemos nos esquecer que fora esse mesmo monarca que conviveu durante 48 anos do seu reinado (de 49 anos) com a escravidão. Mesmo que Carvalho e outros biógrafos tenham relatado e demonstrado a contrariedade de D. Pedro II para com o regime escravo, é complicado para os valores da época percebermos em sua ação ou até mesmo intimidade, uma defesa contra o racismo.

Não há surpresas e/ou rupturas verificadas no caminho percorrido por D. Pedro II nesta obra. Ela é dotada de um fim previsto desde o princípio da narrativa. O envelhecimento biológico do monarca aconteceu conjuntamente com o envelhecimento da monarquia. Ele (Pedro II) tinha clara percepção de que esse regime político era

¹⁸ CARVALHO, *op. cit.*, p. 148.

¹⁹ *Ibidem*, p. 226.

meramente uma transição para um regime superior e mais apropriado para a nação: a República.

Em relação às temporalidades demarcadas nessa obra. D. Pedro II era o homem que o seu tempo e o seu país lhe permitiram ser. Assumiu seus compromissos, buscou a civilização e o progresso, valores típicos das sociedades burguesas do século XIX, e também marcantes em um governo de “transição”. Logo na primeira página do primeiro capítulo, José Murilo de Carvalho deixa claro sua percepção sobre a “locomotiva D. Pedro II”:

D. Pedro II governou o Brasil de 23 de julho de 1840 a 15 de novembro de 1889. Foram 49 anos, três meses e 22 dias, quase meio século. Assumiu o poder com menos de quinze anos em fase turbulenta na vida nacional, quando o Rio Grande do Sul era uma república independente, o Maranhão enfrentava a revolta da Balaiada, mal terminara a guerra da Cabanagem no Pará, e a Inglaterra ameaçava o país com represálias por conta do tráfico de escravos. Foi deposto e exilado aos 65 anos, deixando consolidada a unidade do país, abolidos o tráfico e a escravidão, e estabelecidas as bases do sistema representativo graças à ininterrupta realização de eleições e à grande liberdade de imprensa. Pela longevidade do governo e pelas transformações efetuadas em seu transcurso, nenhum outro chefe de Estado marcou mais profundamente a história do país²⁰.

É visível nessa passagem que abre o livro, a perspectiva teleológica que Carvalho dota em sua narrativa. Ele busca incessantemente verificar a grandeza desse estadista e o seu papel de vanguarda. Assim como a locomotiva é a exemplaridade dos “tempos modernos”, D. Pedro II é a exemplaridade da consolidação do Brasil-Nação nesta biografia.

A teatralidade de D. Pedro II na biografia de Lilia Moritz Schwarcz: os conflitos de temporalidades

Na biografia “As Barbas do Imperador: D. Pedro II um monarca nos trópicos”, a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz constrói a trajetória do Imperador D. Pedro II através das suas representações imagéticas: fotos, retratos, gravuras, pinturas, etc.; ela se cerca de uma riquíssima documentação em imagens para apresentar a teatralidade

²⁰ *Ibidem*, p. 9.

política, na qual o monarca estava presente tanto como diretor, tanto como protagonista desta peça.

Ela apresenta e ratifica constantemente em sua narrativa, amparando-se em referenciais teóricos que estudaram a Sociedade de Corte, como Nobert Elias, como a representação fez parte do jogo político da monarquia brasileira, ou como ela descreve, a monarquia nos trópicos:

Antes mesmo do nascimento de Pedro II, estavam dadas as ordens para os procedimentos que participariam e festejariam a encarnação do primeiro príncipe brasileiro. Três tiros de foguete anunciariam a chegada de um menino; fosse menina, apenas dois. E nos dias seguintes, até o batizado, se fariam demonstrações festivas com repiques de sinos, salvas e luminárias. Desse modo, seria impossível ignorar que a monarquia instalada pelos portugueses em terras tropicais – recém-libertas de seu jogo colonizador pelo próprio príncipe português – se revigorava, ressurgindo num *ad eternum* e dessa vez muito bem enraizada. **E apesar de já nascer sob uma monarquia constitucional, o menino herdeiro da Coroa era apresentado à nação justificado pela ação divina de míticos anjinhos**²¹.

Nesta passagem é possível ver que a teatralidade monárquica antecede a existência do príncipe. Nela verificamos como a antropóloga visualiza a construção de toda essa cena majestica: a busca pela pompa e poder das monarquias europeias nos trópicos. É perceptível em toda obra como a Lilia Schwarcz apresenta um conflito de temporalidades e geografia, do projeto da elite nacional (e com a participação ativa e protagonista do Imperador) da construção de uma monarquia nos trópicos. Algo obsoleto, mesmo na Europa e fora do seu lugar, pois rodeado de repúblicas, com algumas inserções progressistas, por parte dessa elite e do seu governante.

Busca-se apresentar e representar D. Pedro II aos moldes dos reis europeus, tendo como principal inspiração as representações do rei Luís XIV, portanto, dentro da cultura monárquica europeia pré-revolução. Entretanto, os valores que a elite imperial projeta na construção de uma cultura nacional, estão vinculados a valores do século XIX, próximo de uma cultura burguesa, tais como o romantismo e o cientificismo:

²¹SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 46. (Grifos nossos).

Unindo a autoridade da qual se via ungido à metáfora poderosa de Luís XIV, o brilhante Rei Sol, o pequeno monarca tornava-se grande à frente de seus súditos, tanto quanto a peça que se montava. O imperador iniciava sua vida cívica envolto de um suntuoso teatro, o da sua precoce maturidade. As roupas de adulto, os gestos maduros, as lições avançadas, a fama de filósofo, tudo contribuía para fazer do monarca um personagem excepcional, estranho a si mesmo. Talvez o momento em que essa situação se evidenciou de forma mais clara tenha sido o ritual de sagração e coração de d. Pedro II, em 1841. Um espetáculo jamais visto estava para acontecer. Este deveria ser mesmo “memorável”, no sentido de imprimir uma memória; fazer guardar, por meio do ritual, o novo início de uma história cívica e nacional. **Nele, duas dimensões se manifestariam: o caráter estratégico imposto pelas elites, o lado maravilhoso e sacro que envolve a coroação dos reis**²².

Essa construção de Schwarcz nos remete a possibilidade de uso do conceito de regimes de historicidade do francês François Hartog. Pois é verificável nesta obra como sua autora demonstra um conflito latente de temporalidades, vivenciadas pelos valores do Brasil Imperial e o seu protagonista Imperador:

O uso que proponho do regime de historicidade pode ser tanto amplo, como restrito: macro ou micro-histórico. Ele pode ser um artefato para esclarecer a biografia de um personagem histórico (tal como Napoleão, que se encontrou entre o regime moderno, trazido pela Revolução, e o regime antigo, simbolizado pela escolha do Império e pelo casamento com Maria-Luisa de Áustria), ou de um homem-comum; (...). E, a cada vez, por meio da atenção muito particular dada aos momentos de crise do tempo e às suas expressões, visa-se a produzir mais inteligibilidade²³.

Nitidamente, apresenta-se nesta biografia o monarca entre duas temporalidades. Diferentemente da biografia de Carvalho, onde o biografado é dotado de uma consciência do seu papel político-público, buscando cumprir a sua função da forma mais pragmática, no entanto, mais eficaz possível, para Schwarcz D. Pedro II costura sua existência na dissimulação de sua imagem, teatralmente preparada para, em certos momentos se apresentar como um monarca absoluto típico do século XVIII, e em outros

²² *Ibidem*, p. 71.

²³ HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 13.

como um típico rei burguês, *a la* Luís Bonaparte, do século XIX. Verifica-se nesta obra, o que Hannah Arendt apresenta como *brecha do tempo*:

Esses cortes, vamos chama-los ainda de *brechas no tempo*, retomando o diagnóstico feito por Hanna Arendt, isto é, esses intervalos totalmente determinados pelas coisas que não são mais e pelas coisas que não são ainda. Brechas, pois há uma pausa e esse tempo parece desorientado²⁴.

Para fazer valer e consolidar a monarquia nos “trópicos” os valores requisitados são os do regime de historicidade do antigo regime, entretanto, os valores projetados para uma perspectiva futura, na construção de uma identidade e memória nacional, está vinculado a um regime de historicidade industrial-burguês. Ou seja, o velho ainda está presente, e o novo ainda não está consolidado. A “crise de temporalidades” é perceptível:

(...) É certo que o chefe da nação era declarado “Imperador pela graça de Deus unânime aclamação dos povos”, mas aos poucos, ninguém mais acreditava nos “poderes sobrenaturais” desse rei, que mais e mais se portava como um mortal e voluntarioso cidadão²⁵.

A política de d. Pedro II era também marcada por ambiguidades: o monarca apenas suavizava os rituais. Renunciou na década de 70 ao título de soberano (porque a soberania era do povo); depois de sua primeira viagem à Europa, em 1871, deixou de lado o costume português do beijão-mão; manteve a liberdade de imprensa, e rejeitou títulos e estátuas. Porém, resistiu ao debate político, compactuando com um parlamentarismo fraudulento e, apesar de afirmar-se publicamente contrário à escravidão, usou timidamente de seu poder de forma mais explícita no sentido de apressar a abolição desta. Com efeito, se o final da escravidão era matéria da maior apreensão, de toda maneira a política foi antes de “deixar correr, deixar passar”, enquanto se caprichava mesmo, na fachada europeizante do Império²⁶.

De fato, tais caricaturas e uma série de escândalos públicos que começam a acontecer evidenciam a maior fragilidade da figura pública do monarca, que, tendo se afastado da representação divina, convencia

²⁴ Ibidem, p. 138-139.

²⁵ SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 324.

²⁶ Ibidem, p. 324.

pouco como “monarca-cidadão” e menos ainda como grande mecenas do romantismo brasileiro²⁷.

Era como se a imagem de d. Pedro, idealizada de forma mística, ou mesmo como um “bom pai” que “com um ato caridoso abolia a escravidão”, ou em virtude de sua aparência mais senil, tomasse um rumo diverso da sina da realeza oficial. É só dessa maneira que se pode entender como, paradoxalmente, ao mesmo tempo que a monarquia perdia claramente a batalha política e ideológica, d. Pedro atingia o ponto mais alto de sua popularidade. É hora de voltar à cena. Nesse contexto, era só a figura idealizada do monarca que parecia segurar o regime²⁸.

Para Schwarcz, a contradição entre esse monarca-burguês de uma monarquia absolutista-escravista permeará todo o seu reinado. Ela não privilegia as questões de temporalidades em sua obra. Entretanto, ao verificar a construção de uma monarquia nos trópicos e a vida do Imperador através das imagens, ela deixa essa possibilidade para podermos visualizar.

A teatralidade política construída pela antropóloga apresenta claramente esse personagem dotado de duas temporalidades: um monarca-europeu-absolutista e um monarca-burguês-mecenas. O segundo buscava acompanhar os acontecimentos do século XIX, enquanto o primeiro buscava consolidar o regime monárquico na América. Diferentemente de Carvalho, Schwarcz argumenta que essas constantes mudanças de cena foram tramada pela elite imperial, tendo como principal precursor, diretor e protagonista o Imperador, para servir teatralmente na manutenção do regime monárquico e do poder de D. Pedro II.

A racionalidade política em diferentes temporalidades: o monarca-cidadão de Roderick J. Barman

A narrativa desta biografia é uma busca incessante de construir o Imperador como “cidadão modelo”, tomado por uma racionalidade política que supera e obscurece o sujeito Pedro de Alcântara. Logo na apresentação da biografia, é possível visualizar como Roderick Barman visualiza o seu biografado:

²⁷ Ibidem, p. 423.

²⁸ Ibidem, p. 443-444.

Na história da América Latina desde a independência, ninguém se manteve no poder com tanta firmeza e por tanto tempo quanto D. Pedro II do Brasil. A única figura comparável é Fidel Castro, que tomou o poder em Cuba após a revolução de 1959. Por suas personalidades e seus sistemas de governo, ambos os governantes moldaram em larga medida o caráter e a cultura pública de seus Estados-nações. Dada à situação do Brasil em 1840, quando D. Pedro II começou a governar, seus feitos e sua influência duradoura foram de insuperável importância²⁹.

Nesta passagem, apesar da problemática comparação que o biógrafo faz entre D. Pedro II e Fidel Castro, ele explica a importância do subtítulo da sua obra. Para ele o Imperador foi fundamental para a formação do Brasil, e principalmente, para a formação, fortalecimento e consolidação da monarquia Brasileira.

Assim como Le Goff viu uma relação de simbiose entre São Luís e o tempo histórico em que ele viveu, Roderick Barman visualiza tal relação em D. Pedro II e o século XIX. Ao mesmo tempo em que o imperador colabora diretamente na formação do Brasil Imperial, ele é influenciado pelos acontecimentos que ocorrem tanto no país quanto no mundo.

Muitas das características do governo Imperial, para o historiador, foram herdadas das características pessoais do próprio monarca, responsável em “transformar o Brasil em um Estado nação”:

Diligente, paciente e, acima de tudo, perseverante, ele evitava iniciativas ousadas e confrontos. Primeiramente o imperador estabeleceu um domínio irrefutável sobre os assuntos públicos, e sua integridade e imparcialidade eram respeitadas por todos. Mais do que isso, a identidade pública que ele desenvolveu incorporava os valores que o círculo do governo no Brasil deseja para o país. Ele era, ao mesmo tempo, o imperador modelo e o cidadão modelo³⁰.

O fio condutor da narrativa de Barman é dotar o monarca de uma racionalidade política. Essa é a marca estilística verificada nesta biografia. Suas características pessoais são dotadas dessa racionalidade. Perdemos de vista o homem Pedro de Alcântara. Por

²⁹BARMAN, R. J. **Imperador Cidadão**. Tradução: Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 7

³⁰ *Ibidem*, p. 8.

ser considerado ao mesmo tempo, o imperador modelo e o cidadão modelo ele ditava e comandava a opinião pública nacional, minando qualquer tentativa de oposição ao seu modo de governar.

Ao verificar as cartas que o Imperador enviava ao seu cunhado, Fernando, rei consorte de Portugal, o historiador percebeu que ele possuía um projeto de país para o Brasil. O seu sonho era fazer da Monarquia brasileira a França na América:

Como governante e cidadão-modelo do Brasil, D. Pedro II incorporava a garantia e a promessa não do que a jovem nação era, mas do que poderia e deveria ser. Por abraçar a cultura europeia e a nova tecnologia, ele representava o futuro. O imperador desejava então converter o sonho em realidade, lançar o Brasil aos benefícios do progresso. (...) Desse modo, o país seria a França da América do Sul. Tudo isso devia ser alcançada sem qualquer ruptura da ordem social vigente, exceto pelo fato de que a introdução dessas melhorias baniria a escravatura³¹.

Este trecho deixa clarividente como Roderick Barman visualiza a atuação política de D. Pedro II. Ao mesmo tempo em que o vê vanguardista e buscando projetar e executar mudanças que levaria o Brasil a alcançar os ideais do seu tempo, ou seja, o progresso e a civilização também verificam que tudo isso deveria ser realizado de forma prudente e sem grandes rupturas.

Neste ponto, podemos remeter, assim como na obra de Carvalho, a construção do conceito de progresso e a aceleração do tempo do chamado de “moderno”, descrita por Koselleck: “um grupo, um país, uma classe social tinham consciência de estar à frente dos outros, ou então procuravam alcançar os outros ou ultrapassá-los”³². Ou seja, o imperador está vivendo esse tempo histórico, possui consciência dele, e busca adequar a sua realidade e função a esses “novos tempos”. O “monarca-cidadão” de Barman se aproxima do conceito de “progresso” e “modernidade” em boa parte de sua obra.

O processo que levou à abolição da escravidão é um excelente exemplo para se verificar essas características com as quais Barman descreve do seu biografado. Para o historiador, D. Pedro II foi o primeiro na política imperial a visualizar, ainda na década de 1860, a necessidade de tramitar legislações que buscassem o fim gradual da escravidão.

³¹ *Ibidem*, p. 239-240.

³² *Ibidem*, p. 317.

Ele transcreve um rascunho que o Imperador enviou a seus ministros, em 1864, alertando sobre essa problemática.

Essa recomendação apresenta o Imperador ao mesmo tempo vanguardista, se antecipando aos problemas que a manutenção da escravidão poderia acarretar ao país, também demonstra o quão moderado era sua sugestão para acabar com esse problema, ao sugerir o fim da liberdade dos filhos dos escravos, o que acarretaria em manter a escravidão por certo tempo. Para o historiador, D. Pedro II precipitou a pedra do fim da escravidão, mas foi esmagado por ela por não compreender o processo final tanto desta instituição, e até mesmo do seu reinado, segundo o biógrafo.

A construção dos acontecimentos do Império brasileiro vai acompanhando a vida do monarca nesta biografia. No momento da infância de D. Pedro II, assim como ele, a nação parecia órfã, a espera do seu pai, no caso ele próprio. Em sua maturidade, entre 1850-1870, o vigor físico e mental do Imperador assemelha-se a estabilidade e tranquilidade que gozava o país e o regime monárquico. Na década de 1880, era o moribundo D. Pedro II, muito frágil devido à piora de sua diabetes, e o regime monárquico também entrava em coma.

De Imperador Cidadão ou cidadão-modelo, precursor de ideais de progresso e civilização, D. Pedro II chegou ao fim de sua vida e do seu reinado, envelhecido, sem saúde e não conseguindo acompanhar e aceitar as mudanças que ele mesmo precipitou décadas antes. Para o historiador ele foi sim, esmagado pela pedra. De sábio soberano, transformou-se no “Pedro Banana” dos jornais da corte.

Neste ponto, verificamos uma importante ruptura na construção da trajetória do monarca, segundo Barman. E muito se assemelha com a “brecha do tempo”, pensada por Hannah Arendt, e citada por Hartog, como vimos: “esses intervalos totalmente determinados pelas coisas que não são mais e pelas coisas que não são ainda. Brechas, pois há uma pausa e esse tempo parece desorientado”³³.

Portanto, assim como o D. Pedro II da obra de Carvalho é dotado de uma racionalidade e vanguarda política e de sua imagem pública, parece ter se antecipado aos problemas, acompanhando as questões temporais do seu tempo histórico, o Monarca-Cidadão de Barman, também possui essa característica. Entretanto, a partir de 1871 há certa ruptura, parecendo que D. Pedro II não consegue mais acompanhar o seu tempo histórico, perde o senso temporal que tanto parecia lhe haver, e entra em certa estagnação.

³³ *Ibidem*, p. 138-139.

Neste momento parece entrar na “brecha do tempo”, e se distanciar de sua característica vanguardista. Mas não é perceptível nesse personagem, desenhado por Barman, estar localizado entre os dois regimes de historicidades. Também não é possível verificar o uso de uma teatralidade por parte do protagonista monarca. Nesta obra, parece que D. Pedro II não consegue acompanhar o seu tempo histórico. A aceleração do tempo é maior do que a capacidade de compreender e apreender tais mudanças, na escrita dessa obra.

Considerações finais

Visivelmente as biografias aqui analisadas apresentam em seus estilos a forma como modelam os seus biografados. Começando pelo título. O D. Pedro II de José Murilo de Carvalho, vive o drama shakespeariano, o conflito entre sua personalidade pública e privada. O D. Pedro II da Lília Moritz Schwarcz, é o habsburgo perdido nos trópicos, convivendo e sendo líder de um país agrário-comercial, e por isso sua narrativa está no controle entre os valores do antigo regime e do regime-burguês do século XIX. Por fim, o D. Pedro II do inglês Roderick J. Barman, é o modelo de cidadão nacional, o “monarca-cidadão” como já se refere ao título. A marca estilística dos três persegue as narrativas do começo ao fim, seguindo a máxima de Peter Gay, que o estilo, nestes casos, tanto molda como é moldado pelo conteúdo.

Além disso, nitidamente a relação entre experiência e expectativa, apresentada por Koselleck é verificável nestas obras. Sim, o estilo está intimamente ligado com a construção de temporalidades no personagem dessas biografias. A experiência (e estilo) de cada um dos biógrafos lhes dão uma leitura prognóstica, o que acaba por lhe apresentar uma expectativa.

Diante disso, compreendemos que o D. Pedro II de Carvalho, como escrevemos, é uma “locomotiva” do seu tempo histórico. Primeiro por seguir o caminho que o seu tempo histórico e sua função lhe deram como “horizonte de expectativa”. Segundo por serem os dois (Pedro II e a locomotiva) representantes da modernidade, o primeiro do país e a segunda do século XIX. A evolução do país alinhou-se a evolução do seu principal personagem. E o fim do regime monárquico já era algo esperado, pois o seu monarca, já assentira com a necessidade dessa mudança.

O D. Pedro II de Schwarcz é o protagonista de uma teatralidade política, que “brinca” com os regimes de historicidades que cabem a ele. Para ratificar o seu poder e

organizar a nação, o personagem e sua trupe (a elite imperial) utilizam-se de valores e rituais próximos ao antigo regime e dos monarcas absolutistas. Para construir a representação de uma nação “civilizada” e em busca do “progresso” eles apresentam uma representação próxima dos valores burgueses do século XIX. Dessa forma, o Imperador vai se transvestindo com a roupa que lhe cabe, no momento que lhe cabe. Entretanto, ao chegar ao final do período monárquico, essa paradoxal relação entra em colapso e caem o regime e o monarca.

O “monarca-cidadão” D. Pedro II de Barman até 1871 apresenta-se próximo ao de Carvalho: vanguarda nacional, construtor dos principais valores e da opinião pública do país. Entretanto, após esse período, ele não consegue mais acompanhar o “rolo compressor” do seu tempo histórico, e é por ele esmagado. A aceleração dos tempos modernos é visível na trajetória do monarca, nesta obra.

Finalizando, definitivamente o estilo e a experiência dos biógrafos, muito diz e dirá sobre aqueles personagens que são e serão biografados. Cabe a nós, historiadores, verificarmos como as questões de estilo e de tempo, são apreendidas por esses profissionais, e buscarmos dar inteligibilidade a essas narrativas, como narrativas historiográficas.